

**ANTENOR NASCENTES E A LÍNGUA ESPANHOLA NO
BRASIL DO SÉCULO XX: UM PASSEIO HISTORIOGRÁFICO
PELO ENSINO DO IDIOMA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Barbara Franco Cardoso (UFF)
profeespanol@gmail.com

RESUMO

No presente trabalho, será apresentada uma análise sobre a primeira gramática de Língua Espanhola publicada em 1920, no Brasil, pelo professor catedrático Antenor de Veras Nascentes e o início do magistério, desse idioma, no Colégio Pedro II. Esse magistério se deu mediante um concurso público, porém, o docente somente permaneceu na cátedra por seis anos, devido a um decreto publicado em 13 de janeiro de 1925, que retirava o ensino do idioma da grade curricular. Com isso, passou a lecionar Língua Portuguesa. Este artigo mostrará o percurso da língua espanhola na educação básica sob um viés historiográfico, descreverá como foi desenvolvida a primeira gramática de Língua Espanhola para brasileiros, apresentará qual a metodologia foi utilizada na composição dos capítulos da gramática estudada. Além disso, será realizada uma pesquisa qualitativa, que mostrará toda a trajetória do idioma no país e a finalidade da gramática de língua espanhola de Nascentes para seu público leitor. Para se ter um melhor conhecimento sobre o que está sendo investigado, será realizada uma avaliação linguístico-historiográfica, que ocorrerá com base nos princípios da historiografia linguística de Konrad Koerner.

Palavras-chave:

Aprendizagem. Ensino. Antenor Nascentes.
Língua Espanhola. Historiografia Linguística.

ABSTRACT

In the present study, an analysis of the first Spanish Language grammar published in Brazil in 1920 will be analysed by the professor Antenor de Veras Nascentes, as well as the beginning of the teaching of that language at the Pedro II College. This teaching took place through a public competition, but the teacher only remained in the chair for sixty ears due to a decree published on January 13th in 1925, which extinguished the subject (Spanish) from the curriculum. Thus, he began to teach Portuguese. This article will depict the course of the Spanish language in primary education under a historiographical bias, describe how the first Spanish language grammar was developed for Brazilians, and present which methodology was used in the contents of the chapters of this grammar. In addition, a qualitative research will be conducted which will show the complete trajectory of the language in the country and the purpose of the Spanish language grammar of Nascentes to its reading public. In order to have a better understanding of what is being investigated, a linguistic-historiographic evaluation will be performed based on the principles of linguistic historiography by Konrad Koerner.

Keywords:

Learning. Teaching. Antenor Nascentes.
Spanish Language. Linguistic Historiography.

1. Introdução

O presente artigo abordará a análise realizada sobre a primeira gramática de Língua Espanhola para uso dos brasileiros publicada pelo professor Antenor de Veras Nascentes e seu magistério no Colégio Pedro II. Será também, elucidada a definição de historiografia linguística para uma melhor compreensão do trabalho. Mais adiante, poderá ser observada a diferença entre a historiografia linguística e a história da linguística. Os três princípios historiográficos serão definidos e exemplificados numa linguagem em que o enunciatário obtenha uma boa assimilação do que está sendo apresentado. Por fim, a pesquisa historiográfica, em suas etapas, mostrará que o historiógrafo terá que elaborar um organograma histórico e, depois, organizá-lo. (SWIGGERS, 2012, p. 42)

Sobre cada capítulo da gramática será feito um estudo mais detalhado para que haja um melhor conhecimento do que está sendo analisado: fonologia, morfologia, sintaxe, ortografia, fonética e semântica.

Alguns problemas, referentes ao ensino do idioma, serão mencionados no decorrer da pesquisa, porém o que mais contribuiu para o declínio da língua, no currículo educacional, foi quando, em meados do século XX, seu aprendizado passou a ser optativo. Este fato ocorreu devido ao grande prestígio que a Língua Francesa tinha no momento e à obrigatoriedade do ensino da Língua Inglesa nas escolas.

Caberá, também, realizar uma pequena passagem pelos dias atuais (século XXI), para sinalizar que as dificuldades existentes no passado, perduram no presente, assombrando os profissionais que, ainda, persistem em lecionar um idioma que sofre uma tamanha desvalorização no país.

Para mostrar o percurso do magistério da Língua Espanhola no Brasil, será feita, no presente estudo, uma investigação sobre as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Com isso, todas as alterações existentes em cada lei serão mencionadas e analisadas.

2. A Historiografia Linguística em Antenor Nascentes

A pesquisa sobre Antenor Nascentes e o ensino da língua espanhola: uma perspectiva historiográfica da educação básica apresentará um estudo sobre os fundamentos da gramática representativa da língua espanhola e abordará o percurso do filólogo como docente e autor, sob um

viés historiográfico. Terá como suporte teórico principal as seguintes obras: Introdução à Historiografia da Linguística de Ronaldo de Oliveira Batista (2013), Quatro décadas de historiografia linguística de Konrad Koerner (2014) e o texto sobre meta-historiografia de Pierre Swiggers (2014).

Ao realizar um estudo sobre a definição de Historiografia Linguística, pôde-se atestar que tal disciplina é o campo da ciência da linguagem que se propõe a contar a história dos estudos sobre a linguagem. Esse campo foi criado em 1970 e é um campo metodologicamente orientado para observar os estudos sobre a linguagem. Como afirma Altman (2003, p. 29), um dos seus principais objetivos é descrever e explicar como se produziu e desenvolveu o conhecimento linguístico em determinado contexto social e cultural ao longo do tempo.

Ainda, Altman (2012, p. 19) retrata que o primeiro desafio do historiógrafo da linguagem reside, pois, na explicação dos limites do seu domínio e na enumeração dos objetos possíveis.

Cabe a essa ciência mostrar o que o indivíduo pensa, ao longo da história, sobre a linguagem humana: o porquê de as pessoas falarem; o porquê de entendermos a linguagem humana; o porquê de falarmos combinando sentenças e como as pessoas explicam isso mediante às diferentes formas de usar uma língua. A supracitada autora analisa não somente ao pesquisador, como também ao público, de forma mais ampla, o que as pessoas dizem sobre a linguagem.

A Historiografia Linguística e a História da Linguística não podem ser consideradas isomorfas, porque cabe ao historiógrafo recortar, selecionar e hierarquizar fatos da corrente histórica. Porém, para que isso realmente ocorra, esse pesquisador é obrigado a ser um linguista, pois, somente esse estudioso poderá criticar e analisar, com exatidão, trabalhos sobre a linguagem. Logo, não basta ser um conhecedor da linguagem, é necessário ter um conhecimento, também, sobre os aspectos teóricos e práticos dessa área.

Konrad Koerner (1995) propõe, através do processo de análise da língua, que o historiógrafo da linguística realize seu trabalho mediante três princípios: da contextualização, da imanência e da adequação. Isso solucionaria os problemas existentes sobre os abusos na linguagem técnica possivelmente cometidos por esse profissional na adoção desses princípios.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O primeiro princípio fará com que a obra e o seu autor sejam situados num quadro de reflexão mais amplo, visando que a produção e a recepção de ideias não se apresentem de forma isolada ou independente. Se reconstituirá o contexto social e histórico, a atmosfera intelectual de um período preciso em que determinadas propostas postas em discussão.

O segundo princípio consiste no cuidado de estabelecer um entendimento completo, tanto histórico quando crítico, talvez, até mesmo filológico, do texto linguístico em questão. Não é relevante dizer que o historiógrafo deve distanciar-se de sua formação linguística individual e, também, dos comprometimentos da Linguística que são lhes são atuais.

No terceiro princípio, depois de ter observado os dois princípios acima, o historiógrafo se encontra apto para realizar análises, aproximações modernas do vocabulário técnico e avaliações críticas que darão início à construção da narrativa historiográfica.

Segundo Swiggers (2014, p. 42), a pesquisa historiográfica se divide em duas etapas: a elaboração de um organograma histórico e a organização do trabalho historiográfico em si.

Na elaboração do organograma ocorre a divisão do conteúdo em três planos: o das realidades linguísticas (a busca do objeto de análise da história da linguística), o da epi-historiografia (o contexto e a bibliografia) e o da meta-historiografia (a metodologia da linguística).

A organização de um trabalho historiográfico consiste na subdivisão em três passos: a metodologia heurística, a hermenêutica e a de redação histórica.

Na metodologia heurística o autor recolherá as fontes de informações necessárias à análise historiográfica.

Na metodologia hermenêutica os documentos serão interpretados pelo historiógrafo e o mesmo terá a oportunidade de apresentar sua interpretação de forma subjetiva.

Na metodologia de relação histórica cabe ao historiador propor ao seu leitor uma história sistêmica do passado linguístico reconstruído na formação de um relato histórico representado pelo empenho na reconstrução da história. Nessa fase, o pesquisador terá que observar as seguintes dimensões:

- a) Como será feita a exposição do seu texto, pois terá uma forma sequencial, narrativa, em forma de tópicos (análise de um te-

ma ou de um tipo de problema) e em forma combinatória (mesclando contexto e ponto de vista);

- b) A sua intencionalidade, pois será realizada uma historiografia classificatória ou taxonômica, apologética ou polêmica, tateológica, exegético-criativa;
- c) A dimensão do programa cognitivo pode ser determinada pela bibliografia disponível pelo seu objeto de estudo. Através desse parâmetro poderá fazer a classificação do perfil intelectual das historiografias em atomístico, narrativo, nocional-estrutural, arquitetônico-axiomática e corretivo.

Cabe ressaltar que: a historiografia narrativa realiza a apresentação dos acontecimentos de modo cronológico; a historiografia automística realiza a apresentação dos acontecimentos e fatos da história da linguística de forma analítica (evidenciando informações pontuais, nomes e datas); a historiografia nocional-estrutural faz um análise estrutural de conjuntos de ideias, tipos de abordagens na história da linguística; a historiografia arquitetônica-axiomática realiza a descrição e a análise da estrutura lógica de teorias e modelos; a historiografia corretiva visa estudar as relações entre teorias e as correlações entre o ponto de vista, como também, o contexto político e institucional, sendo comum sua realização por parte dos historiadores.

3. *Antenor Nascentes entre a docência, o direito e a filologia*

Ao fazer um estudo historiográfico sobre Antenor de Veras Nascentes e sua Gramática da Língua Espanhola, pode-se salientar que: antes mesmo de ser docente do Colégio Pedro II, foi aluno laureado do curso de Ciências e Letras dessa instituição de ensino, concluindo-o em 1902. Somente em 1919 começou a lecionar no local, após vencer o concurso em 1º lugar, sendo seu primeiro professor catedrático de Língua Espanhola. Infelizmente, seis anos depois, transferiu-se da cátedra de Língua Espanhola para a de Língua Portuguesa, devido ao decreto de 13 de janeiro de 1925, que extinguiu o idioma da grade curricular dessa entidade educacional.

Além do exercício do magistério, esse exímio educador se formou em Direito pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro em 1908 e exerceu, também, a profissão de funcionário da Secretaria de Estado da Justiça e Negócios Interiores.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O curioso é que nascera em Nascentes o desejo de lecionar no Colégio Pedro II enquanto estudava Direito. Ele se sentia muito vinculado à instituição. Seu primeiro objetivo foi o de conquistar a cadeira de Língua Grega, contudo, isso não foi possível, devido à retirada da disciplina das estruturas curriculares do ensino secundário (Reforma de Carlos Maximiliano). Então, a estratégia para sua inserção na carreira docente teve que ser reorientada, fazendo com que ele voltasse a lecionar a Língua Latina e Filologia. Mais tarde, em decorrência dos seus estudos e de um concurso, foi convocado para lecionar Língua Espanhola nesse mesmo colégio.

Teve o mérito de ocupar a cátedra de Filologia Românica da faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Rio de Janeiro.

Cabe ressaltar que seu interesse pela Filologia começou bem cedo. Isso pode ser comprovado mediante a dedicatória de seu Dicionário Etimológico a dois docentes do Colégio Pedro II: “À memória de Fausto Barreto e Vicente de Sousa, os saudosos mestres que despertaram em mim o gosto dos estudos filológicos.”

Apresentando o costume em realizar anotações de suas leituras, Nascentes, sem nenhuma intenção, construiu um precioso fichário, que acabou servindo-lhe para os consistentes verbetes de seus dicionários.

Por apresentar uma vasta leitura sobre autores gregos e latinos no original, teve uma grande facilidade e segurança nas pesquisas que envolviam essas duas línguas. Era conhecedor das principais línguas românicas e realizou incursões pelo anglo-saxão e pelo germânico. Para Nascentes, a língua alemã era um instrumento indispensável ao filólogo, pois a falava e a traduzia com muita eficiência.

Como era um grande pesquisador, afirmou-se como didata, sendo tradutor, editor de textos e, também, colaborador em diversas revistas especializadas brasileiras e estrangeiras.

Segundo Silvio Elia (1976, p. 140), era impossível encontrá-lo em descompasso com os avanços da Filologia, pois procurava acompanhar as publicações de sua área. Com isso, foi colaborador em diversas revistas especializadas nacionais e internacionais.

É importante lembrar que, em 1933, a Academia Brasileira de Letras conferiu-lhe o primeiro prêmio Francisco Alves para a melhor obra sobre a língua portuguesa. Já 1935, a Congregação do Liceu de Goiás concedeu-lhe o título de Doutor Honoris Causa. No dia 19 de setembro

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

de 1936 foi condecorado pelo Governo Português com o Oficialato da Instrução Pública pelos serviços prestados às Letras Portuguesas. Por fim, em 1952, esse ilustríssimo docente recebeu o título de Professor Emérito do Colégio Pedro II.

Nascentes em sua Gramática de língua espanhola para o uso dos brasileiros (1920) realiza um quadro comparativo entre a língua abordada e a língua portuguesa, mostrando todos os contrastes ente os dois idiomas. O professor faz questão de ser bem claro em suas definições, em prol de uma fácil compreensão por parte de seu leitor, não deixando dúvidas, devido similaridade entre as duas línguas de origem latina.

Antes da publicação da Gramática de Língua Espanhola para uso dos Brasileiros, em 1930, com Getúlio Vargas no poder, ocorreu a chamada Reforma Francisco de Campos, que era uma campanha de nacionalização da educação, na qual a educação regular tinha que ser ministrada, somente, na língua materna, ou seja, na língua portuguesa. Com isso, o ensinodas línguas estrangeiras passou a ser proibido para menores de quatorze anos. Logo, nos cursos de idiomas não era permitido ensinar o idioma estrangeiro na nossa língua mãe, porque sua meta seria realizada pelo método direto (o qual ensina uma língua estrangeira com a própria língua que está sendo aprendida, sem recorrer à materna). Esse tipo de ensino era afetado, porque era necessária uma formação linguística e pedagógica adequada por parte dos docentes e a carência desses profissionais resultou na destruição de materiais didáticos e na prisão de professores que não seguiam as normas estabelecidas pelo governo.

O uso de línguas estrangeira era proibido em reuniões e assembleias e os materiais eram obrigatoriamente produzidos no Brasil, pois não eram permitidos os de procedência estrangeira. Devido a esse fato, os alunos eram ensinados a ser patriotas e o magistério dos idiomas era fiscalizado.

Em nove de abril de 1942, começou a vigorar a Reforma de Campanema, ainda sob o governo de Getúlio Vargas, que sucedia na divisão do ensino secundário em duas partes: Ginásio ou Primeiro Ciclo (duração de quatro anos) e Colegial ou Segundo Ciclo (duração de três anos), o qual se dividia também em Curso Científico e em Clássico (intelectual). Nesse período, as línguas estrangeiras passaram a ser valorizadas, porque se tornaram obrigatórias e eram subdivididas da seguinte forma: as línguas latinas, francesa e inglesa – primeiro ciclo; a língua espanhola – no segundo ciclo. Essa língua, que era ministrada no segundo ciclo, apresen-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tava poucas horas de ensino em relação às outras, pois somente eram duas, porém, a língua francesa eram treze e a inglesa, doze semanais. Mediante a isso, surgiu um certo desinteresse de seu ensino. Todavia, tinha-se a dependência econômica e cultural dos Estados Unidos, que valorizava as línguas inglesa, francesa e espanhola.

Após 18 anos da primeira edição de sua gramática, em 1961, com a publicação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da educação (4024/61), no governo do presidente João Goulart, foi decretado que a língua espanhola como língua optativa, sendo complementar e não obrigatória.

Devido a um golpe militar, que ocorrera em 1964, a segunda Lei de Diretrizes e Bases da educação (5692/71) foi criada em 1971. Essa nova lei focava no segundo grau voltado à habilitação profissional, que gerava um desprestígio pela língua estrangeira.

Em 1976 foi retomada a obrigação do magistério da língua estrangeira (LE), mas, no primeiro grau, como disciplina optativa. Ainda nessa década, com a língua inglesa tendo maior prestígio no sistema educacional, a Espanhola passou a não apresentar um grande interesse por parte dos discentes em estudá-la. Contudo, na década 80 começaram as tentativas de inclusão da língua castelhana no sistema educacional brasileiro, criando as primeiras Associações Estaduais de Professores de Espanhol. A primeira, fundada em 1981, foi a APEERJ (Associação de Professores de Espanhol do Estado do Rio de Janeiro) e a segunda, fundada em 1983, foi a APEESP (Associação de Professores do Estado de São Paulo). Por meio de várias tentativas, obtiveram a conquista da língua espanhola ser uma opção nos vestibulares do país.

Foi promulgada, em dezembro de 1996, a terceira Lei de Diretrizes e Bases (9394/96) a qual faz vigorar o ensino de uma língua estrangeira moderna desde a 5ª série até o 3º ano do segundo grau (do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio – nos dias de hoje). Então, cabia à instituição de ensino escolher qual idioma (estrangeiro) ia iniciar a 2ª etapa do primeiro grau, ficando o outro para o segundo grau.

Cabe ressaltar que, com a criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), o ensino de língua espanhola passa a ser obrigatório em todo país devido à proximidade com outros países falantes desta língua.

Originária do Projeto de Lei nº 3.987/00, a Lei nº 11.161, mais conhecida como a Lei do Espanhol, foi aprovada no dia 7 de junho de

2005 pela Câmara dos Deputados e sancionada, em 5 de agosto desse mesmo ano, pelo Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva. Com isso, o ensino de Língua Espanhola passa a ser obrigatório em todas as unidades escolares, porém sendo facultativa para o aluno e optativa no nível fundamental II, podendo variar entre as unidades escolares. Já no Ensino Médio, em seu artigo primeiro ressalta que o ensino da Língua Espanhola deverá ser implantado, gradativamente, nas unidades escolares que disponibilizarem este nível de ensino. Esse processo de implantação deveria ocorrer num prazo de cinco anos, como é mencionado na lei. Infelizmente, sabe-se que essa ordem não foi cumprida na maioria das unidades.

Nas unidades públicas, o ensino do idioma deverá ser oferecido no seu horário regular, como é retratado no artigo 2 dessa mesma lei.

Hoje em dia, o ensino da Língua Espanhola vem sendo, gradativamente, extinguido da educação básica. Esta extinção, segundo os governantes, ocorre devido à pouca procura, por parte dos discentes, em cursar essa disciplina, preferindo a Língua Inglesa.

4. Considerações finais

Ao realizar a pesquisa sobre o ensino da Língua Espanhola no Brasil, pôde-se observar que, desde seu início no Brasil, no Colégio Pedro II, em 1919, a docência deste idioma vem sofrendo constantes mudanças referentes ao currículo educacional nacional.

Em 1925, com a lei Rocha Vaz, o exercício do magistério desta língua foi extinguido da grade curricular, fazendo com que o professor Antenor Nascentes, o qual era catedrático desta disciplina, passasse a lecionar língua portuguesa. Este fato ocorreu devido à pouca procura pela aprendizagem do idioma por parte dos discentes.

A partir de 1942, com a Reforma de Gustavo Capanema, a língua espanhola voltou a ter existência no currículo educacional brasileiro, porém, seu magistério cabia somente ao segundo ciclo (ensino clássico e ensino científico).

No governo de João Goulart, em 1961, com o início da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, a 4024, o ensino da Língua Espanhola passa a ser optativo e vem sendo até hoje, no século XXI.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Desde 1961, no governo de João Goulart, o ensino da Língua Espanhola vem sendo optativo. Em 2005, Fernando Haddad, como Ministro da Educação coloca este ensino como opcional no segundo segmento do Ensino Fundamental e como obrigatório, no Ensino Médio.

Mesmo com a proximidade com a língua portuguesa, a língua espanhola não se apresenta como a mais escolhida no ENEM, por ser ministrada, somente, no Ensino Médio, ocasionando uma maior dificuldade em seu aprendizado. Já a língua inglesa, como é ministrada desde a 6ª série do Ensino Fundamental, é a mais escolhida, trazendo também um índice de maior acerto nas questões deste exame.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMAN, Cristina. História, Estórias e Historiografia da Linguística Brasileira. In: *Todas as letras: Revista de Língua e Literatura*. São Paulo, V. 14, n. 1, 2012.

ARAUJO, Catya Marques A de. O ensino de Espanhol no Brasil: Uma história de um processo em construção. 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/arqtxt/PDF/catyamarques.pdf> / Acesso em: 06 dez. 2018.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. *Introdução à Historiografia da Linguística*. São Paulo: Cortez, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. *PCN+ Ensino Médio Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Linguagens, códigos e suas tecnologias*. 1999. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: dia jan. 2019.

BRASIL. *Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75529>> / Acesso em: 08dez. 2018.

_____. *Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942*. Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=7108>> / Acesso em: 08 dez. 2018.

_____. *Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971*. *Lei de Diretrizes e Bases*. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras provi-

dências. Disponível em: <<http://www.prolei.cibec.mec.gov.br>>/ Acesso em: 08 de dez. de 2018.

_____. *Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Lei de Diretrizes e Bases. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>/ Acesso em: 08 de dez. de 2018.

ELIA, Silvio. *Ensaio de Filologia e Linguística*. 3. ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1976. p. 140.

PENHA, João Alves Pereira. *Filólogos Brasileiros: Antenor Nascentes*. Franca: Ribeirão Gráfica, 2002. p. 67-72

GUIMARÃES, A. *História do ensino de espanhol no Brasil*. n. 11. V. 7. Universidade Federal de Sergipe: 2011.

KOERNER, E. F. K. *Professing Linguistic Historiography*. Amsterdam /Philadelphia: John Benjamins, 1995.

NASCENTES, Antenor. *Gramática da Língua Espanhola para uso dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Campanha Editorial Nacional, 1920.

PRETA, Luciana de Magalhães Catta. O ensino do espanhol no Colégio Pedro II: Uma história de discurso, poder e resistência. In: *Revista de Linguagens do Colégio Pedro II*, Local, a.1, p. 2-5, fev.2019.

QUINTELA, Antón Corbacho; COSTA Alexandre Ferreira da. *A Filologia de Antenor Nascentes e o início, no Brasil da Linguística Aplicada ao ensino do Espanhol*. 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/sig/article/view/24629>> /Acesso em: 09 set. 2018.

SALVADOR, Alzenaide C. O; SANTOS, Luana Vital dos. *O ensino de Espanhol na educação básica brasileira: Uma retrospectiva histórica*. 2012. Disponível em: < <http://www.cchla.ufrn.br/humanidades/ARTIGO>>/ Acesso em: 20 nov. 2018.

SWIGGERS, Pierre. *A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização*. In: *Confluência*. Rio de Janeiro, n. 44-5, p. 39-59, 1º e 2º semestres de 2013.

_____. *Meta-historiografia*, 2014.